



## CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 004. PROVA OBJETIVA

#### PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A rapidez da Internet e o fácil acesso à troca de informação começam a tornar obrigatória uma revisão das relações trabalhistas. Hoje bastam um computador e uma conexão wi-fi para estabelecer uma relação profissional. Munidos de smartphones, tablets e notebooks, profissionais passam a trabalhar de qualquer lugar, seja em casa, seja no parque ou no escritório – ambiente cada vez mais descartável. É uma mudança radical, já nomeada de “revolução do emprego flexível”. O risco, para os críticos desse movimento, pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários, com a deterioração das condições de trabalho. A cada ano, a adoção desse novo método aumenta em até 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto.

O economista inglês Guy Standing, autor de *O Precariado: a Nova Classe Perigosa*, livro sobre as atuais condições instáveis de trabalho, afirma que o novo método tem espalhado insegurança. Ele calcula que, em cinco anos, uma em cada três relações trabalhistas será realizada on-line. Para Standing, é urgente achar uma forma de fazer a transição sem que, no caminho, funcionários tenham direitos desrespeitados.

Já os defensores do trabalho on-line apostam que a transformação aliviará crises de desemprego, eliminará a ideia de escassez de mão de obra e fundará o conceito de meritocracia global. Funcionários não serão avaliados por quão bem se relacionam com chefes. No trabalho on-line, ninguém tem rosto e, por isso, todos passam a ser julgados apenas pela eficiência. Gostemos ou não, é irreal combatê-lo. Nas palavras do escritor George Bernard Shaw: “O homem razoável se adapta ao mundo; o insensato persiste em tentar adaptar o mundo a ele.”

(Veja. 28.10.2015. Adaptado)

**01.** De acordo com o primeiro parágrafo, a revolução do emprego flexível

- (A) consiste em acionar os funcionários, para que eles se reúnam nas empresas e definam as prioridades a serem seguidas.
- (B) visa a promover encontros entre grupos empresariais com o intuito de priorizar o uso de ferramentas tecnológicas no trabalho.
- (C) pretende intensificar as relações humanas no ambiente de trabalho, para que as metas sejam cumpridas mais facilmente.
- (D) oferece às empresas modelos de organização empresarial, segundo os quais os funcionários podem trocar de funções.
- (E) conta com o uso de vários instrumentos tecnológicos, que permitem ao funcionário exercer suas funções em espaços múltiplos.

**02.** Para o economista Guy Standing, o novo método de trabalho

- (A) pode comprometer as relações trabalhistas, além de gerar desconfiança, mas acabará por impor-se às formas tradicionais de trabalho.
- (B) desestabiliza temporariamente o modo de agir da classe trabalhadora, por isso, poderá ser rejeitado por ela.
- (C) provoca resistência entre os funcionários, porque eles desconhecem todos os benefícios que ele pode trazer-lhes.
- (D) viola os direitos trabalhistas, logo é inútil tentar encontrar um meio de convencer os funcionários a aceitá-lo.
- (E) traz perspectivas alentadoras aos trabalhadores, já que eles poderão trocar experiências entre si.

**03.** De acordo com a norma-padrão da concordância e da conjugação verbal, está correta a frase:

- (A) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (B) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliem funcionários pela meritocracia.
- (C) É provável que o trabalho on-line atenua crises de desemprego e suprime a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.
- (D) É provável que o trabalho on-line atenuam crises de desemprego e suprimem a escassez de mão de obra; espera-se que se avaliam funcionários pela meritocracia.
- (E) É provável que o trabalho on-line atenuem crises de desemprego e suprima a escassez de mão de obra; espera-se que se avalie funcionários pela meritocracia.

**04.** As lacunas da frase “O homem provido de razoabilidade adapta-se \_\_\_\_\_ circunstâncias; os que resistem \_\_\_\_\_ elas persistem em \_\_\_\_\_ adaptadas a eles.” estão, correta e respectivamente, preenchidas, de acordo com a norma-padrão, em:

- (A) as ... a ... ver elas
- (B) às ... à ... as ver
- (C) às ... a ... vê-las
- (D) as ... à ... ver-lhes
- (E) às ... à ... vê-las

05. Assinale a alternativa em que a expressão em sentido figurado é explicada corretamente, de acordo com o contexto.

- (A) Ambiente cada vez mais descartável. → Ambiente cada vez mais inóspito.
- (B) Pode ser o início de uma peleja entre empregadores e funcionários. → Pode ser o início de um consenso entre empregadores e funcionários.
- (C) O novo método tem espalhado insegurança. → O novo método tem restringido insegurança.
- (D) No trabalho on-line, ninguém tem rosto. → No trabalho on-line, ninguém se personaliza.
- (E) A transformação aliviará crises de desemprego. → A transformação suscitará crises de desemprego.

06. As expressões em destaque nas frases “**A** cada ano, a adoção desse novo método aumenta em **até** 70%, em substituição à forma tradicional de bater ponto.” e “Funcionários não serão avaliados por **quão** bem se relacionam com chefes.” assumem no contexto, respectivamente, sentido de

- (A) tempo, espaço, modo.
- (B) referência, especificidade, causa.
- (C) modo, situação, afirmação.
- (D) tempo, limite, intensidade.
- (E) limite, modo, intensidade.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 10.

Outro desdobramento do cibertrabalho é o trabalho a distância, o melhor dos mundos para o capital. Você trabalha em sua casa, onde o público e o privado se embaralham; como não há definição do que é trabalho e do que é descanso, a jornada se estende. Você fica sempre disponível e pode ser incomodado a qualquer hora por questões de trabalho, afinal você não está apenas em casa, está também no escritório. A noção de tempo desmorona com a vida privada. É uma nova modalidade de precarização permitida pela tecnologia. O pior é que virou tendência, essa é a nossa tragédia. Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância para certo tipo de trabalhador que dispõe de “capital cultural” e acha bom ter controle sobre o próprio tempo. Mas o inverso disso é a individualização, o isolamento, o fim do trabalho coletivo e a quebra dos laços sociais.

(Ricardo Antunes (entrevista). *O Estado de S.Paulo*, 11.10.09.  
<http://le marxusp.wordpress.com>. Adaptado)

07. Sobre o texto, é correto afirmar que

- (A) a noção de tempo torna-se consistente, porque, trabalhando-se em casa e não no escritório, o funcionário pode dispor do tempo como quiser.
- (B) a tecnologia permitirá ao funcionário exercer maior controle sobre a qualidade de seu trabalho, além de poder inovar sempre.
- (C) o ambiente de trabalho se descaracteriza, e o funcionário pode ser alcançado onde quer que ele esteja, situação ideal para o sistema capitalista.
- (D) o trabalho efetuado no espaço doméstico é uma prerrogativa dos que podem aliar a tecnologia para difundir a cultura.
- (E) a vida privada fica preservada, quando o funcionário exerce suas funções em casa e não se expõe nos espaços públicos.

08. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação do pronome pessoal.

- (A) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
- (B) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.
- (C) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocá-lo a qualquer momento e a ele atribuir atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
- (D) Não se definem o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que o pode convocar a qualquer momento e atribuir-lhe atividades. Essa é a tragédia que acomete-nos.
- (E) Não definem-se o ambiente do trabalho e o da casa; o profissional fica à mercê da empresa, que pode convocar-lhe a qualquer momento e o atribuir atividades. Essa é a tragédia que nos acomete.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Assinale a alternativa em que a primeira e a segunda barras devem ser substituídas por vírgula, e a última, por dois-pontos.

- (A) Previna-se / trabalhador contra o pior dos males do trabalho / a distância o fim / dos laços sociais.
- (B) Previna-se / trabalhador / contra o pior dos males do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.
- (C) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho / a distância o fim dos laços sociais.
- (D) Previna-se / trabalhador contra / o pior dos males do trabalho a distância o fim / dos laços sociais.
- (E) Previna-se trabalhador / contra o pior dos males / do trabalho a distância / o fim dos laços sociais.

10. Leia a tirinha e assinale a alternativa em que as duas frases são coerentes com ela, quanto ao sentido.



(<http://jeancmiranda.blogspot.com.br/2011/07/vida-moderna.html>)

- (A) O trabalho em casa é mais saudável. / A noção de tempo desmorona com a vida privada.
- (B) Os desdobramentos do trabalho devido à tecnologia. / Sou capaz de compreender o lado positivo do trabalho a distância.
- (C) A importância do trabalho na vida pessoal. / O capitalismo cooptou a tecnologia.
- (D) Homem e tecnologia: cúmplices inseparáveis. / Capital cultural e tecnologia.
- (E) A onipresença da tecnologia. / A indefinição do que é trabalho e do que é descanso.

11. A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada como

- (A) dogmática, outorgada e rígida.
- (B) histórica, promulgada e flexível.
- (C) dogmática, promulgada e rígida.
- (D) histórica, promulgada e rígida.
- (E) histórica, outorgada e flexível.

12. Em relação à intervenção do Estado no Município, é correto afirmar que

- (A) será viabilizada por meio de decreto interventivo e poderá ocorrer caso o Município deixe de pagar dívida fundada, por um ano, sem motivo de força maior.
- (B) é ato privativo do Governador de Estado, que deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, no prazo de 24 horas, e poderá ocorrer, caso o Município não preste contas devidas, nos termos da lei.
- (C) deverá ocorrer por meio de decreto interventivo que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, dispensando-se, excepcionalmente, a submissão ao crivo da Assembleia Legislativa em casos urgentes.
- (D) deverá ser requisitada ao Tribunal de Justiça Estadual em caso de desobediência à ordem ou decisão oriunda do Poder Judiciário.
- (E) caso nomeado interventor, este administrará o Município durante o período de intervenção, em cooperação com o Prefeito, devendo prestar contas de seus atos ao Governador.

13. O Congresso Nacional, independentemente de sanção presidencial, poderá

- (A) autorizar a declaração de guerra e conceder anistia.
- (B) desmembrar áreas de Territórios ou Estados e autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.
- (C) apreciar os atos de concessão e renovação de concessões de rádios e televisão e dispor sobre planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento.
- (D) autorizar referendo, convocar plebiscito e resolver definitivamente sobre tratados e acordos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (E) autorizar o estado de sítio e fixar ou modificar o efetivo das Forças Armadas.

14. A empresa X é autuada por suposta infração administrativa. Ao consultar os autos do processo administrativo para elaboração de seu recurso, constata a existência de outro processo relacionado ao seu ao qual lhe é negado acesso, sob o fundamento de que está sob sigilo. Porém, toda a base fática que deu causa à autuação administrativa da empresa X consta desse processo “sigiloso”. Visando ter acesso a esse processo administrativo anterior, o remédio constitucional adequado a ser utilizado pela empresa X é
- (A) o *habeas data*.
  - (B) o *habeas corpus*.
  - (C) o mandado de segurança.
  - (D) o mandado de injunção.
  - (E) a ação popular.
15. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderão ser provocados
- (A) pelo Presidente da República e pelo Procurador-Geral da República ou procedidos de ofício pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) pelos Tribunais Superiores e pelo Procurador do Município, desde que a súmula vinculante em questão afete os interesses do respectivo Município.
  - (C) pelo partido político, pela confederação sindical de âmbito nacional ou procedidos de ofício pelo Presidente da República.
  - (D) pela Mesa da Assembleia Legislativa e pela entidade de classe de âmbito municipal, estadual ou nacional, desde que haja pertinência temática, ou procedidos de ofício pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) pelo Prefeito Municipal e o Governador de Estado ou do Distrito Federal ou procedidos de ofício pelo Presidente da República.
16. Assinale a afirmação correta.
- (A) O servidor público estável somente perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou sentença judicial transitada em julgado.
  - (B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, caso não seja possível o aproveitamento do servidor público estável, ele poderá ser exonerado.
  - (C) O Presidente, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais são remunerados exclusivamente por subsídio, permitido o acréscimo excepcional de adicionais, sendo, porém, vedada a inclusão de gratificações e abonos.
  - (D) Em relação aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário e o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
  - (E) O servidor público que alcançar os requisitos para aposentaria voluntária, mas optar por continuar em atividade, receberá abono de permanência equivalente a um terço de seus proventos.
17. A ordem econômica está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Para tanto, conforme expressão do artigo 170 da Constituição Federal de 1988, deve-se observar os seguintes princípios:
- (A) soberania nacional, defesa do consumidor e livre associação.
  - (B) função social da propriedade, igualdade e redução das desigualdades regionais e sociais.
  - (C) livre concorrência, dignidade da pessoa humana e defesa do meio ambiente.
  - (D) propriedade privada, liberdade de expressão e livre iniciativa.
  - (E) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, busca do pleno emprego e defesa do consumidor.
18. Em relação às condições de elegibilidade, é correto afirmar que
- (A) para concorrerem a outros cargos, os chefes do Poder Executivo e os parlamentares devem renunciar a seus respectivos mandatos até 6 meses antes da eleição.
  - (B) o candidato para Governador de Estado deverá ter 35 anos, ser brasileiro e ter domicílio eleitoral no Estado que pretende representar.
  - (C) o militar com menos de 10 anos de serviço que se candidata a cargo eletivo, deverá se afastar de forma definitiva da atividade militar, não podendo apenas ser agregado.
  - (D) no caso de constatação de improbidade administrativa, a depender da gravidade dos atos, a pessoa tornar-se-á inelegível pela perda dos direitos políticos.
  - (E) o analfabeto tem direito de alistabilidade, podendo, portanto, votar e ser eleito.
19. De acordo com a Constituição Federal de 1988, aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Trata-se da modalidade de usucapião
- (A) extraordinário.
  - (B) especial ou pró-moradia.
  - (C) ordinário.
  - (D) coletivo urbano.
  - (E) pró-labore.

**20.** São, entre outros, tipos de licitação:

- (A) tomada de preço e concorrência.
- (B) leilão e pregão.
- (C) técnica e preço e compra direta.
- (D) melhor técnica e menor preço.
- (E) empenho e menor preço.

**21.** Um servidor público aposentado da Prefeitura de Poá foi condenado por ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429/92, sendo apenado com a perda da função pública. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) o servidor deverá ser demitido.
- (B) o Ministério Público poderá converter a sanção em cassação de aposentadoria.
- (C) a Administração deverá instaurar inquérito administrativo visando apurar a falta e aplicar a demissão.
- (D) a Administração deverá reverter o servidor ao serviço ativo e aplicar a pena de perda de função.
- (E) a aposentadoria gerou a extinção da vinculação jurídica, não havendo a possibilidade de aplicar a sanção.

**22.** Um Prefeito de uma cidade do interior de São Paulo alienou vários imóveis da Prefeitura Municipal, sem qualquer autorização da Câmara Municipal. Diante dessa situação, é correto afirmar que o Prefeito

- (A) cometeu crime de responsabilidade, nos termos do Decreto-Lei nº 210/67, estando sujeito à pena de detenção.
- (B) não cometeu qualquer irregularidade, pois a alienação de bens imóveis é de competência do Chefe do Executivo, exigindo-se apenas a prévia licitação.
- (C) cometeu crime de responsabilidade, nos termos da Lei nº 8.429/92, estando sujeito à pena de detenção.
- (D) não cometeu crime de responsabilidade, pois não ficou evidenciado o dolo de alienar bens em prejuízo ao erário.
- (E) não cometeu qualquer crime, mas tão somente ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.

**23.** Ato administrativo pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.

No que concerne ao uso de bem público, é correto afirmar que o enunciado conceitua

- (A) a autorização comum de uso.
- (B) a concessão de direito real de uso.
- (C) a permissão de uso.
- (D) a concessão de uso.
- (E) o uso extraordinário de bem.

**24.** No que concerne à licitação, é correto afirmar:

- (A) quando a licitação for dispensável, o administrador não poderá optar por realizá-la, mas optando deverá realizar uma tomada de preço.
- (B) nas compras de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor ou fornecedor exclusivo, a licitação será dispensada.
- (C) nos casos de emergência ou calamidade pública, a licitação será inexigível, podendo o administrador efetuar compra direta do fornecedor.
- (D) a licitação é dispensada nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, porém o processo deverá ser homologado pelo Tribunal de Contas.
- (E) a licitação é dispensada na hipótese de locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais.

**25.** No que concerne às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que:

- (A) Desconcentração é o contrato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, não integrante da Administração.
- (B) Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.
- (C) Desconcentração é o processo interno e externo que objetiva substituir um órgão por dois ou mais, não integrantes da Administração, com a finalidade de prestação de serviço.
- (D) Descentralização é processo eminentemente interno; significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação de serviço.
- (E) Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

26. No tocante à anulação ou revogação do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (B) A revogação do ato administrativo poderá ser realizada pela própria Administração, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (C) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração, operando efeitos *ex nunc*, alicerçada em vício de legalidade.
- (D) A revogação do ato administrativo poderá ser realizada pela própria Administração, operando efeitos *ex nunc* e alicerçada na oportunidade e conveniência.
- (E) A anulação do ato administrativo poderá ser realizada somente pelo Poder Judiciário, operando efeitos *ex tunc* e alicerçada em vício de legalidade.

27. Supondo que a cidade de Poá fosse assolada por uma tempestade de grandes proporções que provocasse prejuízos materiais a toda população, sendo que, ao final das apurações, ficasse comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o nexo de causalidade, não existiu.
- (B) a municipalidade deverá ser responsabilizada civilmente, pois na hipótese de fatos imprevisíveis não há necessidade de comprovação do nexo de causalidade.
- (C) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria do risco integral.
- (D) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o fato administrativo, não existiu.
- (E) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria da culpa administrativa.

28. A desapropriação que se verifica quando a utilização da propriedade for considerada conveniente e vantajosa ao interesse público, não constituindo um imperativo irremovível (exemplos: a segurança nacional, obras de higiene, casas de saúde, assistência pública, conservação ou exploração de serviços públicos, conservação e melhoramento de vias e logradouros públicos e outros), está alicerçada no seguinte pressuposto:

- (A) necessidade urbanística.
- (B) necessidade pública.
- (C) utilidade pública.
- (D) interesse social.
- (E) utilidade estatal.

29. Sobre as obrigações de dar, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de dar coisa certa sempre abrangerá os acessórios a ela, embora não mencionados.
- (B) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (C) Até a tradição, pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- (D) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- (E) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, com culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

30. Acerca do que dispõe o Código Civil sobre os contratos de compra e venda, é correto afirmar que

- (A) anulável é o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (B) até o momento da tradição, os riscos da coisa e os do preço correm por conta do vendedor.
- (C) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (E) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

31. São fatos jurídicos as condutas humanas ou episódios naturais que produzem efeitos jurídicos decorrentes das normas que os tutelam. Sobre a regulamentação que faz o Código Civil sobre essa matéria, é correto afirmar que

- (A) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (C) a incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (D) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este não é da substância do ato.
- (E) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se amplamente.

- 32.** A posse é um fato jurídico relevante ao Direito, que permite a alguém fruir de determinada coisa. Com base nessa assertiva, assinale a alternativa correta sobre tal instituto.
- (A) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de todos os poderes inerentes à propriedade.
  - (B) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.
  - (C) Quando transmitida a posse, ela perde o seu caráter original.
  - (D) A posse indireta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não torna nula outra posse direta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
  - (E) Se isenta de qualquer vício considera-se a posse como justa.
- 33.** As telhas da igreja matriz no centro de Poá foram retiradas para reforma e restauração. Diante dessa situação, acerca da tutela de bens jurídicos, é correto afirmar que as telhas do caso
- (A) serão sempre consideradas bens móveis, independentemente de estarem fora da construção durante a reforma.
  - (B) serão consideradas como bens móveis somente durante o prazo da restauração.
  - (C) retiradas do teto da igreja, caso se resolva descartá-las na qualidade de materiais de demolição, serão consideradas bens móveis.
  - (D) serão sempre consideradas bens fungíveis.
  - (E) serão sempre consideradas bens móveis, mesmo que já estivessem recolocadas após a restauração.
- 34.** Assinale a alternativa correta sobre a passagem de água sob o enfoque das regras do direito de vizinhança.
- (A) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir e desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
  - (B) O aqueduto impedirá que os proprietários cerquem os imóveis e construam sobre ele, sem prejuízo para a sua segurança e conservação.
  - (C) O possuidor do imóvel superior não poderá poluir as águas indispensáveis às primeiras necessidades da vida dos possuidores dos imóveis inferiores; as demais, que poluir, deverá recuperar, ressarcindo os danos que estes sofrerem, se não for possível a recuperação ou o desvio do curso artificial das águas.
  - (D) O dono ou o possuidor do prédio inferior não é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.
  - (E) O proprietário não tem direito de construir barragens, açudes ou outras obras para represamento de água em seu prédio; se as águas represadas invadirem prédio alheio, será o seu proprietário indenizado pelo dano sofrido, deduzido o valor do benefício obtido.
- 35.** A legislação que tutela os direitos autorais determina o conceito de obra, objeto desta norma. Sobre essa classificação, é correto afirmar que obra
- (A) em co-autoria é a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma.
  - (B) anônima é aquela em que o autor se oculta sob nome suposto.
  - (C) inédita é a criação primígena.
  - (D) derivada é a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária.
  - (E) pseudônima é a que não haja sido objeto de publicação.
- 36.** Sobre o exercício da servidão, é correto afirmar que
- (A) o dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão.
  - (B) a servidão não pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
  - (C) o dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas suportada apenas pelo beneficiário da servidão.
  - (D) as servidões prediais são divisíveis e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das partes do prédio serviente, salvo se, por natureza ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
  - (E) quando a obrigação de passagem incumbir ao dono do prédio serviente, este não se exonerará abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.
- 37.** A legislação civil traz em seu bojo diversas formas de transmissão e extinção das obrigações. Diante disso, quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor, estar-se-á diante de uma
- (A) dação em pagamento.
  - (B) confusão.
  - (C) imputação de pagamento.
  - (D) pagamento em sub-rogação.
  - (E) novação.

38. Jonas comprou um aparelho de barbear elétrico da marca Barbabos Ltda, empresa líder no mercado de eletrodomésticos, nas lojas Batucada Ltda, em Poá, cidade onde mora. Quando foi usar o barbeador, seguindo o que constava no manual de instrução, uma lâmina se soltou e fez um profundo corte em seu rosto. Diante da situação descrita, é correto afirmar que Jonas terá prazo de

- (A) noventa dias para reclamar do produto diretamente para o fabricante, por ser aplicado ao caso a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.
- (B) cinco anos para reclamar do produto, tanto para a loja quanto para o fabricante, por se aplicar ao caso a responsabilidade subjetiva pelo fato do produto.
- (C) sete dias para reclamar diante do fabricante, por ser aplicado ao caso em tela a responsabilidade objetiva pelo vício do produto.
- (D) cinco anos para reclamar perante o fabricante por ser aplicado ao caso em tela a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.
- (E) trinta dias para reclamar do produto diretamente para o fabricante, por ser aplicado ao caso a responsabilidade objetiva pelo fato do produto.

39. A empresa prestadora de serviços de limpeza Brilhante Ltda, foi procurada por Manuela para que fizessem um serviço em sua fazenda, sendo que para a realização desse mister cobraria a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Diante desse quadro hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa Brilhante, caso não seja fixado outro prazo no orçamento, deverá manter o valor calculado pelo prazo de dez dias, sendo que se obrigará por esse prazo por todos os dados considerados na fixação do preço.
- (B) Não há prazo fixado em lei para que o orçamento tenha validade, sendo que a Brilhante, para se obrigar por algum lapso pelos valores estimados, deverá fazer constar expressamente o período de validade dos seus preços no orçamento.
- (C) Uma vez fixados condições e valores no orçamento, não haverá mais a possibilidade de alterar os seus termos, pois como é uma modalidade de oferta, vinculará as partes para um futuro contrato.
- (D) A empresa Brilhante, caso venha a ser contratada em decorrência do orçamento entregue, poderá cobrar da consumidora Manuela, eventuais acréscimos que advierem após realização do serviço.
- (E) A empresa Brilhante, caso não seja fixado outro prazo no orçamento, deverá manter o valor orçado pelo prazo de trinta dias, sendo que se obrigará por esse prazo por todos os dados considerados na fixação do preço.

40. Sobre a coisa julgada das ações coletivas, tuteladas pela Lei nº 8.078/90, é correto afirmar que

- (A) nas ações cujo objeto seja direito individual homogêneo, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (B) se o objeto da ação coletiva for um direito coletivo *stricto sensu*, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.
- (C) sendo o objeto da ação coletiva um direito difuso, o efeito da coisa julgada será *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- (D) se o objeto da ação coletiva for um direito individual homogêneo, o efeito da coisa julgada será *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- (E) sendo o objeto da causa um direito difuso, o efeito da coisa julgada será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**41.** Suspende-se o processo

- (A) quando o juiz indeferir a petição inicial.
- (B) por motivo de força maior.
- (C) pela convenção de arbitragem.
- (D) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (E) quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.

**42.** Considerando que o Código de Processo Civil autoriza o juiz a conhecer de ofício a prescrição, assim como prevê procedimento para a ação de usucapião, assinale a alternativa correta.

- (A) Também poderá declarar de ofício a prescrição aquisitiva e reconhecer a usucapião.
- (B) Reconhecerá de ofício a prescrição aquisitiva da usucapião, em qualquer processo em que a Fazenda Pública for parte.
- (C) Independentemente da natureza da ação, poderá reconhecer de ofício a usucapião, desde que ouvido o Ministério Público.
- (D) A natureza jurídica da aquisição da propriedade pela prescrição aquisitiva impõe a obrigação de seu reconhecimento de ofício.
- (E) Ao juiz só é possível reconhecer de ofício a prescrição de natureza extintiva de direito.

**43.** Serão ouvidos como prova em audiência na seguinte ordem:

- (A) perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (B) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos.
- (C) perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
- (D) depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; perito e assistentes técnicos; testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- (E) testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; perito e assistentes técnicos; depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.

**44.** Sobre a ação monitoria, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é admissível a ação monitoria fundada em cheque prescrito.
- (B) Não cabe ação monitoria contra a Fazenda Pública.
- (C) A reconvenção é cabível na ação monitoria, após a conversão do procedimento em ordinário.
- (D) Não se admite a citação por edital em ação monitoria.
- (E) É possível a conversão da ação de execução em ação monitoria, de ofício ou a requerimento das partes, após ocorrida a citação.

**45.** Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções fiscais de valor igual ou inferior a 50 OTN, conforme a Lei nº 6.830/80, que trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, caberá

- (A) mandado de segurança.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) apelação.
- (D) embargos infringentes.
- (E) recurso especial.

**46.** Sobre os embargos de terceiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário, sem posse, tem legitimidade para ajuizar, com fundamento no direito de propriedade, embargos de terceiro.
- (B) Não são cabíveis para o credor com garantia real obstar alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.
- (C) Podem ser opostos a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado da ação que retira a posse do bem pertencente ao embargante.
- (D) O cônjuge não tem legitimidade para defender sua meação por meio de embargos do devedor na constância do casamento.
- (E) O condômino que não for parte na ação possessória tem legitimidade ativa para ingressar com embargos de terceiro.

47. Há conflito de competência quando

- (A) entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- (B) em caso de incompetência absoluta, um juiz aceita a causa e determina a citação do réu.
- (C) em matéria de competência relativa, o réu não arguir por exceção essa questão, mas em contestação.
- (D) não deduzida em contestação, for reconhecida de ofício a incompetência absoluta.
- (E) a ação for proposta em foro contrário ao convencionado em contrato, podendo o juiz reconhecê-la de ofício.

48. Contra acórdão que reduz o valor do dano moral fixado em sentença por maioria, sendo que o terceiro juiz pretendia aumentá-la, assinale a alternativa correta que responde se é possível e qual o recurso que seria cabível para prevalecer o valor menor indicado pelo voto vencido.

- (A) Sim, embargos de declaração.
- (B) Sim, agravo regimental.
- (C) Sim, embargos infringentes.
- (D) Sim, recurso especial.
- (E) Não há recurso cabível para a pretensão.

49. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista.
- (B) São admissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança.
- (C) Em mandado de segurança não cabe condenação em honorários advocatícios.
- (D) Descabe concessão de liminar quando o mandado de segurança tem por escopo ato jurídico praticado pelo chefe do Poder Executivo.
- (E) O litisconsorte ativo poderá ingressar no feito até a prolação da sentença.

50. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

O enunciado corresponde ao princípio da

- (A) irretroatividade.
- (B) uniformidade geográfica da tributação.
- (C) anterioridade.
- (D) isonomia.
- (E) anualidade.

51. Segundo a Constituição Federal do Brasil, a União, no exercício da sua competência residual, poderá instituir, mediante lei

- (A) complementar, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- (B) ordinária, na iminência ou no caso de guerra externa, empréstimos compulsórios, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) ordinária, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- (D) ordinária, empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (E) complementar, impostos não previstos na sua competência originária, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

52. Por força constitucional, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre

- (A) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (B) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- (D) propriedade predial e territorial urbana e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- (E) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e renda e proventos de qualquer natureza e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

53. A obrigação tributária principal, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN),

- (A) surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (C) surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (D) decorre do fenômeno jurídico da subsunção e tem por objeto as prestações negativas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (E) surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse do sujeito passivo da obrigação tributária.

54. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data

- (A) da sua constituição definitiva.
- (B) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (C) em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (E) em que tenha sido iniciada a constituição do crédito pela notificação.

### DIREITO FINANCEIRO

55. Segundo a Legislação Federal, são Receitas de Capital as

- (A) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- (B) subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- (C) subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastor.
- (D) dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- (E) dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

56. De acordo com a Lei nº 4.320/64, o empenho de despesa é

- (A) o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.
- (B) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (C) a dotação destinada a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- (D) o pagamento da despesa efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- (E) a dotação destinada ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

57. Consoante estabelece a Lei que disciplina as Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e outras providências, considera-se obrigatório de caráter continuado
- (A) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
  - (B) o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
  - (C) a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
  - (D) a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas que deverá ser autorizada por lei específica.
  - (E) a receita corrente líquida apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
58. Preceitua a Constituição Federal do Brasil que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Assim, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- (A) 50% (cinquenta por cento) para a União, 60% (sessenta por cento) para os Estados e 60% (sessenta por cento) para os Municípios.
  - (B) 60% (sessenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
  - (C) 40% (quarenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
  - (D) 50% (cinquenta por cento) para a União, 50% (cinquenta por cento) para os Estados e 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
  - (E) 30% (trinta por cento) para a União, 40% (quarenta por cento) para os Estados e 40% (quarenta por cento) para os Municípios.
59. Segundo a lei que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal do Brasil, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns entre outras providências determina que o prazo de validade das propostas será de
- (A) 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - (B) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - (C) 45 (quarenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - (D) 120 (cento e vinte) dias, se outro não estiver fixado no edital.
  - (E) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- DIREITO PENAL**
60. Considera-se praticado o crime no momento
- (A) do resultado.
  - (B) em que o agente inicia os atos preparatórios.
  - (C) em que o agente cogita e planeja a prática criminosa.
  - (D) da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
  - (E) da ação ou omissão, bem como no momento em que se produziu o resultado.
61. A contagem de prazo em matéria penal dá-se do seguinte modo:
- (A) o dia do começo e o último excluem-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
  - (B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
  - (C) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
  - (D) o dia do começo exclui-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário forense.
  - (E) o dia do começo exclui-se do cômputo do prazo; contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
62. O crime de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica, do art. 282 do CP, também é punido com multa se o crime
- (A) é praticado reiteradamente.
  - (B) é praticado com o fim de lucro.
  - (C) é praticado em concurso de pessoas.
  - (D) resulta em lesão corporal grave ou gravíssima.
  - (E) resulta em enfermidade incurável ou perigo de vida.

63. O documento emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular, para fins de falsidade, são equiparados a
- (A) atos oficiais da União, de Estado ou de Município.
  - (B) sinais públicos.
  - (C) selos públicos.
  - (D) documentos particulares.
  - (E) documentos públicos.
64. A fim de evitar o cumprimento de reintegração de posse, indivíduo lança pedras contra Oficial de Justiça que está dando cumprimento ao respectivo mandado judicial. Tal conduta configura o crime de
- (A) desacato.
  - (B) resistência.
  - (C) desobediência.
  - (D) arremesso de projétil.
  - (E) usurpação de função pública.

#### DIREITO ELEITORAL

65. Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos,
- (A) não constitui crime eleitoral, mas mero constrangimento.
  - (B) não constitui crime eleitoral, por falta de tipificação.
  - (C) constitui crime eleitoral, punido com advertência.
  - (D) constitui crime eleitoral, punido com detenção.
  - (E) constitui crime eleitoral, punido com reclusão e multa.
66. Quanto aos erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não comprometam o conhecimento da origem das receitas e a destinação das despesas, assinale a alternativa correta.
- (A) Não acarretarão a desaprovação das contas.
  - (B) Suspendarão a apreciação das contas pelo Tribunal Regional Eleitoral.
  - (C) Implicarão a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário.
  - (D) Acarretarão na aplicação de multas e penalidades pecuniárias.
  - (E) Implicarão na devolução da importância apurada no erro.

67. Sobre o financiamento de partidos políticos, assinale a alternativa correta.
- (A) As doações de recursos financeiros podem prescindir da identificação do doador.
  - (B) O partido pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas para formar seus fundos.
  - (C) Não se aceitarão transferência eletrônica de depósitos, por expressa disposição legal.
  - (D) A emissão de recibo eleitoral para cada doação realizada depende da aprovação das contas pelo TRE.
  - (E) Em ano eleitoral, não se receberão doações de pessoas jurídicas, exceto em caso de força maior.
68. Quando o filiado pretende desligar-se do partido político, é necessário
- (A) comunicar ao partido a falta de interesse na filiação, sem demais formalidades.
  - (B) deixar de pagar sua contribuição partidária por três meses consecutivos, independentemente de outras formalidades.
  - (C) deixar de comparecer a três assembleias ordinárias ou extraordinárias, o que acarreta sua desfiliação tácita.
  - (D) comunicar por escrito ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
  - (E) protocolizar pedido de desfiliação partidária junto ao órgão estadual de direção.
69. A nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados pode ser feita até
- (A) um mês que antecede o pleito.
  - (B) dois meses que antecedem o pleito.
  - (C) três meses que antecedem o pleito.
  - (D) dois meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos.
  - (E) três meses que antecedem o pleito e até a posse dos eleitos.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,  
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

**70.** A Lei nº 6.938/81 traça as diretrizes da Política Nacional do Meio ambiente. Acerca dos conceitos introduzidos por essa lei, é correto afirmar que

- (A) meio ambiente é a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- (B) recursos ambientais são o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- (C) degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente.
- (D) poluição é a alteração adversa das características do meio ambiente.
- (E) degradação é apenas o que afeta desfavoravelmente a biota.

**71.** Assinale a alternativa que traz corretamente um dos requisitos urbanísticos que devam ser atendidos para ser feito um loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79.

- (A) As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
- (B) Os lotes terão área mínima de 125 m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 6 (seis) metros, salvo quando o loteamento destinar-se a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (C) Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 10 (dez) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
- (D) As vias de loteamento não necessariamente deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, mas com elas devem harmonizar-se.
- (E) A legislação estadual definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.

**72.** O Código Florestal determinou regras acerca da Exploração Florestal, sendo que o Plano de Manejo Florestal Sustentável deve aprovar qualquer ato que possa atentar contra as florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado.

Sobre o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), é correto afirmar que

- (A) a aprovação do PMFS pelo órgão competente do Sisnama confere ao seu detentor a licença ambiental para a prática do manejo florestal sustentável, aplicando-se outras etapas de licenciamento ambiental.
- (B) o detentor do PMFS encaminhará relatório anual ao órgão ambiental competente com as informações sobre toda a área de manejo florestal sustentável e a descrição das atividades realizadas.
- (C) o PMFS será submetido a vistorias técnicas mensais apenas para fiscalizar as operações desenvolvidas na área de manejo.
- (D) para fins de manejo florestal em toda a propriedade ou posse rural familiar, independentemente de sua área, os órgãos do Sisnama deverão estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação dos referidos PMFS.
- (E) não são obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa.

**73.** Marcos é um adolescente de 15 anos e foi diagnosticado como portador de transtorno do espectro autista. Sua mãe, pretendendo incluí-lo na sociedade, tentou matriculá-lo na única escola da sua cidade, sendo que a diretora da instituição negou-se a fazê-lo, alegando não ter condições de mantê-lo junto aos demais alunos por não possuir técnica para cuidar especificamente de um estudante com tal transtorno. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) agiu corretamente a diretora, tendo em vista que ela pode negar a matrícula dos alunos portadores de transtorno do espectro autista, dado o fato de não possuir condições técnicas para lidar com essa situação na escola.
- (B) agiu incorretamente a diretora, não havendo qualquer punição legal prevista para sua atitude.
- (C) os portadores de transtorno do espectro autista não são protegidos por lei especial, e dessa forma, para que a matrícula de Marcos fosse realizada, era necessário um laudo médico autorizando a sua inclusão no ambiente escolar.
- (D) agiu de maneira incorreta a diretora, sendo que poderá ser multada por sua atitude num valor que varie entre três e vinte salários-mínimos vigentes.
- (E) agiu de maneira incorreta a diretora, sendo que a única punição prevista em lei especial sobre o tema, é a perda do cargo em caso de escolas públicas.

74. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Está(ão) sujeito(s) à outorga pelo Poder Público da utilização dos recursos hídricos:

- (A) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (B) as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.
- (C) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, se tratados, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (D) as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.
- (E) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

75. Sobre a classificação de resíduos sólidos prevista na Lei nº 12.305/10, é correto afirmar que resíduos

- (A) de limpeza urbana são os originários de atividades domésticas em residências urbanas.
- (B) domiciliares são os originários de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.
- (C) dos serviços públicos de saneamento básico são os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- (D) da construção civil são os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.
- (E) de serviços de saúde são os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.

76. Nos termos da Lei Orgânica nº 1, de 26 de março de 1990, o Município de Poá manterá seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, sendo correto afirmar que

- (A) o Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental, médio e superior, dirigido a crianças de zero a seis anos e a adolescentes de doze a dezoito anos.
- (B) os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências e as transferências específicas da União e do Estado.
- (C) o Município atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e médio, dirigido a crianças de zero a seis anos e a adolescentes de doze a dezoito anos.
- (D) os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão vinte e cinco por cento, no máximo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências e as transferências específicas da União e do Estado.
- (E) o Município atuará, exclusivamente, no ensino fundamental, dirigido a crianças de zero a quinze anos.

77. Nos termos da Lei Orgânica nº 1, de 26 de março de 1990, integram o atendimento ao educando

- (A) os programas suplementares de material didático escolar, alimentação e assistência à saúde.
- (B) os recursos destinados pelo Governo Estadual para o Programa Mais Trabalho Mais Oportunidades.
- (C) os Programas Minha Casa Minha Vida e suplementares de alimentação.
- (D) os recursos destinados pelo Governo Federal para o Programa Mais Educação.
- (E) os Programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e suplementares de material didático escolar.

78. Nos termos da Lei nº 3.718/2014, são requisitos básicos para investidura em cargo público, entre outros, os seguintes:

- (A) gozo dos direitos políticos e idade mínima de 17 (dezesete) anos.
- (B) nível médio de escolaridade e quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- (C) aptidão física e mental e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- (D) a nacionalidade brasileira e nível superior de escolaridade.
- (E) aptidão física e mental e idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

**79.** Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar é correto afirmar que

- (A) será conduzido por comissão processante composta de cinco servidores efetivos e estáveis.
- (B) a comissão processante, quando permanente, deve ser renovada, no mínimo, a cada 6 (seis) anos.
- (C) será instaurado, obrigatoriamente, após prévia sindicância, mesmo quando a autoria dos fatos for conhecida.
- (D) o Presidente da comissão processante poderá requisitar a presença da Guarda Civil Municipal, caso seja necessário manter a ordem e a segurança das audiências.
- (E) o prazo para a sua conclusão será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da instauração dos serviços da comissão.

**80.** Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poá, toda matéria legislativa de sua competência será objeto de Projeto de Lei e toda matéria administrativa ou político-administrativa, sujeita à deliberação da referida Câmara, será objeto de projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo.

Neste sentido, constitui matéria de Projeto de Resolução:

- (A) aprovação ou rejeição das contas do Poder Executivo.
- (B) cassação e extinção do mandato de vereador e prefeito municipal.
- (C) destituição de membro de Comissão e da Mesa da Câmara.
- (D) suspensão dos efeitos dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- (E) assuntos de economia interna da Câmara Municipal.



